

Formação cidadã e os novos desafios da aprendizagem frente aos câmbios da tecnologia, cultura e globalização

Julie Reichert¹

Sumário: 1. Introdução: uma sociedade em transformação; 2. Considerações sobre o ciberespaço; 3. O novo debate sobre identidade e cidadania; 4. Aprender em rede; 5. A busca por uma nova forma de aprendizagem; 6. Conclusão; 7. Referências.

Resumo: Este artigo busca contribuir com a reflexão de como as questões advindas da tecnologia, da cultura e da globalização se articulam nas sociedades contemporâneas de modo fomentar a criação de identidades que procurem conciliar, em seu interior, a figura do cidadão. Para isso, discute o lugar ocupado pelas instituições de ensino nesse contexto, que hoje, mais do que nunca, exercem um papel fundamental em todo processo formativo dos indivíduos, como órgãos disciplinadores e de transferência do conhecimento.

Palavras-chave: Cidadania; Tecnologia; Cultura; Globalização.

1. Introdução: uma sociedade em transformação

Rio Grande do Sul, Brasil. Pensar a realidade da aldeia global a partir de uma terra de fronteiras, de um país de dimensões continentais, que experimenta os processos de hibridização de forma muito particular, numa época em que as margens tornam-se mais brandas e fluidas. Refletir sobre hibridização, cultura, cidadania, redes, tecnicidades e, sobretudo, o momento vivido pelo sujeito em meio a esse cenário complexo, é determinado aqui em função da bagagem acumulada ao longo da história, dos traços que revelam uma formação heterogênea, de lutas, exclusões e desigualdades.

O debate em torno da hibridização tem se popularizado nos últimos tempos. De um estado-nação, de base agrícola, formado por diversas comunidades isoladas, espalhadas em vastos territórios sem comunicação entre elas, transferiu-se para uma realidade urbana, concentrando grupos sociais muito distintos num espaço reduzido, aproximando o que antes era disperso, num processo que desenvolveu-se na América Latina em menos de um século. Como bem observa Canclini (1998, p. 285), a interação do local com as redes nacionais e transnacionais de comunicação nessa nova configuração social – o crescimento das cidades - ampliou a oferta simbólica disponível e a tornou mais variada.

O contato entre os povos de diferentes origens e tradições não se dá somente no contexto das cidades, ele tem ultrapassado os limites das fronteiras nacionais. As delimitações que antes faziam-se rígidas, já que as culturas se fechavam ao que lhes era externo e desigual, num sistema baseado na divisão comum do espaço, tornam-se mais flexíveis. “Poucas culturas podem ser agora descritas como unidades estáveis, com limites precisos baseados na ocupação de um território demarcado” (CANCLINI, 2000, p. 9). O intercâmbio dá-se num mundo de distâncias encurtadas pela formação de centros urbanos e

¹ Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), possui graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. É integrante do grupo de pesquisa Processos Comunicacionais - Processocom e professora do curso de Formação de Produtores e Músicos de Rock da Unisinos, na área de Comunicação Digital.

pelas tecnologias da informação e da comunicação, de modo pacífico ou não, em processos que envolvem formas de exclusão, desigualdade e inclusão das diferenças.

É justamente nesse duplo movimento de unificação do mundo e de heterogeneidade cultural que os estudos culturais, como identifica Mattelart, têm focado seus esforços. Como bem relata o autor, trata-se de um processo que acompanha a expansão do capitalismo, que desenvolve uma trajetória de atropelos, continuidades, reinvenções e atrasos, em construção “nos imaginários como realidades desde que os europeus efetuaram sua “tomada do mundo” com a conquista das Américas” (MATTELART, 2004, p. 184), num momento que se introduzia no planeta a de um projeto universalista da modernidade ocidental.

Os fluxos e interações que ocorrem nestes processos têm debilitado as fronteiras e aduanas, a autonomia das tradições locais, e propiciam mais formas de hibridização produtiva, comercial, comunicacional e nos estilos de consumo que no passado. (CANCLINI, 2000)

Nesse cenário de fluxos e trocas, a globalização tem se intensificado e assumido novas formas. Stuart Hall (2003, p. 58) associa a versão contemporânea do processo aos mercados financeiros desregulamentados e mundialmente vinculados, à circulação de capital e de moeda com força capaz de abalar economias em fase de estruturação, aos modos transnacionais de produção e consumo de bens, ao enorme crescimento de novas indústrias culturais fomentadas pelas tecnologias de informação, bem como ao aparecimento da “economia do conhecimento”.

Apesar de ter possibilitado que bens culturais e de consumo estivessem disponíveis ao redor do planeta e de ter colocado em diálogo pessoas e povos distintos, a globalização não conseguiu reverter os benefícios econômicos que alcançou em melhores condições a todos os atores sociais. George Soros aponta que a evolução de uma economia globalizada não tem sido acompanhada pelo desenvolvimento de uma sociedade global. A versão da globalização que impera na atualidade é, segundo o autor, uma forma incompleta e distorcida de sociedade aberta global. Os ganhos que observou-se no lado econômico de longe foram observados nas organizações sociais e políticas. O resultado dessa disparidade proporcionada pela forma global que o capitalismo assumiu verifica-se na “ênfase à busca de lucro e êxito econômico, negligenciando as considerações políticas e sociais” (SOROS, 2001, p. 170), o que se aplica especialmente à arena internacional.

Como pode-se verificar, a sociedade deste início de século está centrada no mercado e nos fluxos de valores monetários por todo mundo. Os valores que orientam esse mercado não se limitam ao âmbito das ações financeiras. Eles invadem outros setores da vida humana, estendem seu domínio a “esferas de atividades antes governadas por valores do não-mercado” (SOROS, 2001, p. 173).

Num processo ininterrupto de inclusão do que é culturalmente e comercialmente interessante e exclusão daquilo que vai contra essa lógica, observa-se reações de entricheiramento por parte de comunidades que se fecham numa tentativa de protegerem-se dos impactos externos. Martín-Barbero (2006, p. 59), também analisa que simultaneamente a isso, desenvolve-se uma separação profunda e crescente entre o global e as dinâmicas do local, entre o espaço da economia política e os mundos de vida.

Nesse contexto, o ato de consumir deixa de ser apenas a aquisição de um bem para suprir as necessidades de existência, para assumir um significado simbólico para quem o faz, capaz de posicionar o sujeito em categorias sociais, de vinculá-lo a tribos e até de acionar um processo de desigualdade que pode terminar num sistema de exclusão. Campbell (1996, p. 81) vem contribuir ao debate indicando a importância de estudar os rituais de compra nas sociedades contemporâneas. Para ele, a compreensão do consumo permite decifrar a natureza, a origem e o funcionamento dos processos através dos quais a novidade se cria e recria num ciclo *ad infinitum*, é introduzida no mercado e incorporada – por vezes como símbolo de status – pelas classes superiores e se dispersa todas as classes sociais.

Para uma visão completa do cenário social da atualidade, faz-se necessário dedicar uma atenção especial aos impactos gerados pela revolução das tecnologias. Esse novo fator que entra em cena, alia-se ao processo de revitalização das identidades para transformar por completo o lugar ocupado pela cultura nas sociedades. O conjunto social passa a ser pensado sob a perspectiva das redes, não apenas como um tecido tramado pelos laços da tecnologia, mas como um fenômeno que incita a divisão do local e do global, público formal e do privado real (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 60).

A intervenção das tecnologias nos mais diversos setores da vida humana (social, financeiro, político, etc) suscita a demanda por uma reflexão que dê conta das relações dos indivíduos com os novos aparatos disponíveis no planeta. Conforme descreve Martín-Barbero (2006, p. 54), a revolução tecnológica introduz um novo modo de relação entre os processos simbólicos associado a um novo modo de comunicar, transforma o conhecimento numa força produtiva direta.

A própria noção de sociedade da informação, parte do discurso neoliberal que coloca o mercado como organizador da sociedade em função do consumo, favorece a concepção de um quadro social construído sobre os pilares da técnica e das ciências. “A centralidade que as tecnologias ocupam torna-se desproporcional e paradoxal em sociedades de crescimento desigual” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 56). Ao mesmo tempo em que a cultura da tecnicidade proporciona a estruturação de um mundo inteiramente conectado e amplia os horizontes daqueles que detêm as chaves que abrem as portas do mundo digital, ela exclui uma parcela considerável da população, desprovida do acesso às redes informacionais.

Hoje, a ocupação advinda com o/para o consumo e a celebração da sociedade da informação desvia a atenção pública de uma análise mais profunda das modelações impostas por grupos gestores e influenciadores da trama virtual sobre os usos e as arquiteturas das tecnologias da comunicação e da informação (MATTELART, 2004, p. 182). Como bem lembra Furtado, “os objetivos que motivam o progresso tecnológico são com frequência contraditórios” (2002, p. 38). Uns orientam-se para a destruição, outros para a preservação. Os avanços da técnica estão a serviço de uns e outros. E nesse aspecto, Mattelart vai ao encontro de Furtado, enfatizando que se trata de um engano ver a técnica como um instrumento neutro, uma vez que ela reflete as forças culturalmente dominantes. Mais do que nunca, elas satisfazem aos interesses de condensação e interação de grupos econômicos e políticos como espaço para mediações sociais e conflitos simbólicos. Uma breve análise do desenvolvimento das técnicas no século passado revela que os aparatos que mais avançaram, que contaram com as verbas mais robustas, foram aqueles que estavam ligados às artes da guerra. O próprio advento da rede mundial de computadores dá-se nesse contexto: criado como um instrumento de comunicação entre tropas, a rede surge em 1969, como

projeto ARPAnet (*Advanced Research and Projects Agency*), desenvolvido pelo Departamento de Defesa estado-unidense. Foi com a aparição de novos softwares e com a pressão do mercado que a tecnologia se popularizou, e se expandiu com a apropriação do espaço pelas universidades².

Mattelart coloca a constituição das redes e indústrias da cultura e da comunicação como novas formas de estabelecimento de uma hegemonia. Segundo ele, o domínio das redes, a *information dominance*, possibilitará a rentabilização dos “investimentos em matéria de representações do mundo que, há mais de meio século, a chamada cultura global realizou” (2004, p. 197), através da formação e catequização de um público consumidor e de uma socialização, por vezes imposta, de um modo de vida global – o modo ocidental dominante colocado a todos.

Quanto ao caráter determinista da tecnologia, por vezes utilizado como forma justificar opções tomadas, em muito se avançou nas últimas décadas rumo a uma compreensão sociológica. “Se parte de que a base da tecnologia não é fonte original de força motriz senão algo modelado, um caso idôneo para ser submetido ao tratamento das ciências sociais” (COCKBURN, 1996, p. 59). Colocado dessa forma, percebe-se que a discussão e a apropriação da técnica pelos indivíduos está contribuindo para o amadurecimento dos usos que se faz dos aparatos tecnológicos e para uma maior percepção das condições em que eles são desenvolvidos e estruturados. Ainda se está longe de dominar essas formações, mas os indivíduos têm ampliado sua consciência em relação a esse aspecto da constituição das redes.

O lugar da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental pra espessar-se, condensar-se e converter-se em estrutural: a tecnologia remete, hoje, não há alguns aparelhos, mas, sim, a novos modos de percepção e de linguagem, a novas sensibilidades e escritas. (MARTÍN-BARBERO, 2006)

Sob muitos aspectos, a tecnologia tem provocado remodelação das práticas sociais. Canclini vê esse movimento não como um fenômeno gerador de conflito às formas tradicionais da cultura com aquelas mais recentes. O estudioso percebe que “a apropriação múltipla de patrimônios culturais abre possibilidades originais de experimentação e comunicação, com usos democratizadores” (CANCLINI, 1998, p. 308).

2. Considerações sobre o ciberespaço

O debate sobre as tecnicidades com frequência desloca-se para a discussão do ambiente digital advindo com a rede mundial de computadores, suas possibilidades e configurações. Como descreve Boaventura de Sousa Santos, o “espaço eletrônico ou ciberespaço é o novo espaço-tempo da comunicação e da informação, que se fez realidade pela revolução tecnológica da microeletrônica e da telemática”, é uma “hipernovidade, um futuro que se alimenta do futuro” (2005, p. 217). Trata-se de um espaço-tempo virtual que desenvolve-se em âmbito global, com duração instantânea. Aqui o momento que passou pode ser resgatado, acessado a qualquer hora, conforme a vontade do indivíduo. Esse é o espaço-tempo do hipertexto, do correio eletrônico, da Internet, do vídeo e da realidade virtual.

² Fonte: GATES, Bill. A estrada do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Espaço anárquico, livre de governança, autoregulamentado, onde a conduta e as boas práticas são negociadas num processo intrínseco, não declarado, “acordado” pelos usuários. A Internet cria as condições para que os sujeitos possam constituir livremente suas identidades, possibilitando até mesmo que o *eu online* utilizado pelo indivíduo na rede não tenha nenhuma correspondência com o *eu offline*. Alguns veem o espaço digital como uma cidade sem muralhas, uma rede que conecta pessoas e grupos sociais numa estrutura horizontal e não mais hierárquica, a “cidade pós-moderna, a redópolis que substitui a metrópole, a cidade moderna” (SANTOS, 2005, p. 217).

Essa primeira versão do ciberespaço apresentada por Boaventura de Sousa Santos mostra uma visão um tanto otimista da realidade que se constitui pelo viés tecnológico. A própria reflexão do autor segue para a problematização dessa perspectiva inicial, questionando possíveis jogos de poder ocultos na celebração das oportunidades provenientes das técnicas. Santos então passa a considerar se o espaço eletrônico não seria uma metamorfose do sistema de desigualdade e exclusão. Se é verdade que o mundo digital estaria constituindo um novo processo de exclusão e desigualdade, de fato se está diante de uma forma inovadora de estabelecimento desse sistema, que se desenvolve sem a existência de um poder centralizado.

O processo de exclusão e desigualdade mais aparente, e facilmente identificado, é o que diz respeito às questões de acessibilidade. Certamente as autopistas da informação não estão abertas de forma igualitária, as divisões verificadas entre os países ditos desenvolvidos e subdesenvolvidos aparecem também nos números que revelam os acessos à Internet. Dentro das próprias sociedades nacionais, já se desenham linhas divisórias entre aqueles cujo ingresso e intervenção no mundo *online* é garantido mediante a aquisição de equipamentos que possibilitem essa condição e aqueles que têm esse direito negado.

Começa a delinear-se uma distinção entre a sociedade civil interna, que será abundantemente servida pelas autopistas da informação, e a sociedade civil externa, que acabará fora dela, constituída por uma subclasse tecnológica. Essa subclasse será excluída do acesso e de tudo que o espaço eletrônico faz possível. (SANTOS, 2005)

Diante desse quadro, pode-se inferir que a realidade de desigualdade que se observa nas sociedades contemporâneas, principalmente aquela que se configura em função da situação econômica dos indivíduos, irá transpor-se para a rede de computadores sob a forma da exclusão. As pessoas que ocupam as camadas mais baixas da população estão destinadas a ficarem de fora da ágora contemporânea que constitui-se no meio digital.

É preciso questionar também o próprio acesso que os indivíduos terão no espaço eletrônico. Se hoje a configuração do universo *online* desenvolve-se sem a interferência de um governo central, num processo de autoregulação, deve-se atentar para manutenção dessa situação, em que o poder é exercido de forma compartilhada na maioria dos casos³, criando um programa que evite o desenvolvimento de um sistema de desigualdade no interior desse contexto.

A busca de alternativas para superar o iminente desencadeamento da exclusão e desigualdade, num passado recente, leva à análise das ações tomadas pelo governo

³ Um exemplo de exceção encontra-se na China, país em que o governo bane determinados conteúdos e serviços, além de mapear as ações dos indivíduos na rede.

francês em relação à distribuição do sistema de cabo no país. Na ocasião, a França investiu num largo programa de fornecimento de cabo à população, considerando que o acesso e o conhecimento dos meios mais modernos de comunicação faz parte de se ser um cidadão contemporâneo. O êxito do projeto de modernização da comunicação não parou na distribuição tecnológica: “os políticos franceses sugeriram que o Estado deve educar as pessoas e fornecer os meios para maior participação possível do público nesta tecnologia” (CURRAN; SEATON; FERNANDES, 1997, p. 239).

Se o futuro aponta para uma possível forma de replicação dos sistemas de exclusão e desigualdade, talvez seja o caso de contar, aí sim, com um plano do Estado para implementar um modo melhorado de gestão controlada da desigualdade e da exclusão, como se verifica hoje em dia nas sociedades. Se essa estratégia de gestão das supressões e das diferenças “foi antes o produto de lutas sociais que impuseram ao Estado políticas redistributivas e formas menos extremas de exclusão” (SANTOS, 2005, p. 222) em casos “reais”, é possível que o Estado, ou outro órgão regulador, também tenha que intervir na amenização de tais condições quando o assunto é o acesso às tecnologias e um uso efetivo de suas possibilidades. Um olhar para as experiências obtidas no mundo *offline* poderia servir de referência para contornar esse quadro.

Nesta perspectiva deve-se pensar na urgência do Estado discutir o acesso às redes informacionais e a preparação para um uso qualificado. A criação das bases para o ingresso da Internet em nada representa uma revolução na vida do indivíduo. O fornecimento do espaço eletrônico por si só não dá garantia nenhuma de utilização dos instrumentos que o meio dispõe para inserir a pessoa no contexto da realidade global, das possibilidades de se constituir cidadão na rede e de se praticar a democracia. É preciso desenvolver um programa, tal como elaborado pelo governo francês na ocasião da implantação do sistema de TV a cabo, que se preocupe com a educação das pessoas para melhor usufruir desse novo ambiente.

3. O novo debate sobre identidade e cidadania

A efervescência do ciberespaço vem contribuir para a revitalização do debate em torno das identidades. A malha tecnológica que pôs em comunicação o mundo inteiro acabou ampliando a noção das pessoas em relação às diferentes formas de construírem-se sujeitos sociais⁴. As identidades permanentes, organizadas em conjuntos históricos mais ou menos fixos (etnias, nações, classes), foram revistas nesse novo contexto. A aproximação das culturas abriu um leque de oportunidades para os indivíduos que passaram a ter contato com outras etnias, classes e nacionalidades, promovendo um processo de reestruturação criando grupos interétnicos, transclassistas e transnacionais. “As maneiras diversas em que os membros de cada grupo se apropriam dos repertórios heterogêneos de bens e mensagens disponíveis nos circuitos transnacionais geram novas formas de segmentação” (CANCLINI, 2000, p. 5).

⁴ Sujeito social está sendo usado nos termos utilizados por Schrer-Warren, cujo sentido relaciona-se a responsabilidade e auto-criatividade positiva, não destrutiva, “que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com a sociedade em que vive. É a ideia do sujeito-no-mundo ou do cidadão-no-mundo” (1999, p. 15).

A identidade, vista agora como múltipla e fragmentada, é compreendida como resultado da interação do indivíduo com as diversas situações e experiências que ele tem ao longo de sua vida. O todo, na forma em que aparece no espírito como todo-depensamento, como elabora Marx, é aqui um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, de um modo que difere da apropriação desse mundo pela arte, pela religião, pelo espírito prático (1977, p. 230). Essa apropriação do mundo tal como o autor coloca, dá a partida para a formação dessa identidade múltipla. E nesse sentido, Martín-Barbero (2006, p. 56-66) complementa dizendo que a identidade é elaborada no diálogo e no intercâmbio com outras culturas, já que nessas situações ou a pessoa se sentirá reconhecida e acolhida ou perceberá que não é bem-quista pelo grupo.

Por isso fala-se de construção de sujeitos, pois este se constitui nas relações sociais, que inclui a autonomia, ou autocriatividade, e a alteridade, ou o reconhecimento e respeito ao outro e à diversidade. (SCHERER-WARREN, 1999)

Além de considerar o caráter múltiplo que a identidade pode assumir, é preciso levar em conta que ela não permanece mais a mesma durante toda a vida da pessoa. Tal como afirma Boaventura de Sousa Santos, a identidade “é sempre uma pausa transitória em um processo de identificação” (2005, p. 223), uma vez que as diversas conexões que ela estabelece irá interferir no eu constituído.

Por tudo isso, a comunicação que se estabelece entre as culturas exerce um papel fundamental na formatação da identidade dos indivíduos. Desta maneira, faz-se necessário pensar em termos de uma ética intercultural, como propõe Adela Cortina (2005, p. 144), como um modo de criar as condições para que essa relação entre as culturas ocorra com base no respeito mútuo. Reconhecidas e esclarecidas as diferenças, é preciso verificar aquilo que cada uma das partes considera irrenunciável, para então se construir uma convivência mais justa e mais feliz. O diálogo empreendido com o intuito da compreensão mostra-se enriquecedor para todos os envolvidos.

Ao mesmo tempo em que a contemporaneidade direciona a discussão para a criação das identidades em função das ligações com culturas diversas, deve-se focar também em como essa nova identidade fragmentada e múltipla será percebida pelos demais indivíduos. No contexto da sociedade pós-industrial, surgiu a necessidade de haver um sentimento que pudesse conectar todos os seus integrantes, algum tipo de identidade que fizesse com que as pessoas se reconhecessem e se sentissem pertencentes a um grupo maior, à nação, por exemplo. Stuart Hall (2003, p. 78) traz a ideia de que um país não é apenas uma entidade soberana, é também uma comunidade imaginada, que é o foco de identificação e pertencimento, com intuito de conciliar as diversas classes, gêneros, regiões e religiões num projeto de nação comum. Essa identidade de ligação deveria fomentar a participação dos cidadãos na comunidade, já que sem esse comprometimento seria impossível responder conjuntamente aos desafios que se apresentam a todos.

A urgência de se criar uma identidade minimante coletiva e partilhada para Cortina (2005, p. 18) leva à retomada dos debates acerca da cidadania:

A sociedade deve organizar-se de modo a conseguir gerar em cada um de seus membros o sentimento de que pertence a ela, de que essa sociedade se preocupa com ele e, em consequência, a convicção de que vale a pena trabalhar para mantê-la e melhora-la. O reconhecimento da sociedade por seus membros e a consequente adesão por parte destes aos projetos comuns são duas faces da mesma moeda que,

ao menos como pretensão, compõem esse conceito de cidadania que constitui a razão de ser da civilidade. (CORTINA, 2005)

Esse sentimento de pertença que Cortina aponta como fundamental e a crença numa racionalidade da justiça são fundamentais para assegurar a existência de cidadãos plenos numa democracia sustentável. Em uma sociedade em que se olha a política com descrença e que a fé na justiça está em ruínas, como demonstra ser a realidade brasileira, parece inviável a constituição de cidadãos vivendo em democracia. A fala de Furtado aqui surge como um alento para indicar a capacidade de, os indivíduos que encontram-se em tal situação, reagirem. “O estranhamento do homem contemporâneo (...) é a indicação de que nele ainda existe capacidade de reação, de que a sua história está longe de haver sido cabalmente contada” (FURTADO, 1983, p. 207).

Uma cidadania que tenha por pretensão ser elo de ligação entre os diversos grupos sociais deve ter em seu cerne um caráter pluralista, capaz de lidar e organizar as diferenças. Nas sociedades em que convivem culturas variadas, Cortina aponta que é preciso a adoção de uma cidadania que seja também multicultural, “capaz de tolerar, respeitar ou integrar as diferentes culturas de uma comunidade política de tal modo que seus membros se sintam cidadãos de primeira classe” (2005, p. 140).

Conciliar diferenças. Abrir-se ao externo, sem perder de vista aquilo que lhe é próprio e “tradicional”. A ideia de uma sociedade cidadã para este início de século é complexa, principalmente considerando que tudo se dá num cenário orientado pela/em função da tecnologia. Nesse momento, cabe trazer à reflexão o conceito de rede, que possui um sentido de ação/projeto desenvolvido na coletividade, mas cuja experiência tecnológica recente remete logo a uma associação à Internet e às conexões que se estabelece em meio digital, que é interessante de ser analisada.

A ideia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, a uma nova forma de organização e ação (como rede). (SCHERER-WARREN, 1999)

A autora aponta alguns referenciais para a análise de redes quando o objeto é a ação coletiva: territorialidade e/ou espacialidade; temporalidade e/ou periodicidade; sociabilidade e ou articulações político-ético-culturais (1999, p. 35). Nos mesmos termos, pode-se pensar o sentido das redes associado ao espaço eletrônico. A verificação dos elementos que se inserem na configuração de uma rede com vistas à ação coletiva repetem-se no ambiente digital, onde espaço e território estão presentes, não mais em termos geográficos, mas em *bytes* e endereços eletrônicos; o tempo e o período ganham os contornos do imediato, do sempre disponível; a sociabilidade assume muitas vezes a condição de finalidade de uso e as articulações criam outros nós, sob efeito da ausência de um governo central e de uma gestão compartilhada pelos usuários de modo informal.

De acordo com Martín-Barbero (2006, p. 76), a consolidação da tecnicidade midiática como campo estratégico da cultura, garante às sociedades a oportunidade de interagirem com as novas áreas da experiência onde hoje se processam as mudanças. Scherer-Warren vai além, colocando o espaço eletrônico como a nova arena política, em que a centralidade está nas comunidades virtuais transnacionais. Por meio delas, “a informação difunde-se em tempo real e interações comunicativas sem fronteiras se realizam” (1999, p. 71).

Para contribuir ao debate, é interessante analisar a concepção que Alejandro Piscitelli tem a respeito das redes informacionais. O estudioso vê essa tecnologia como um novo suporte intelectual, da mesma forma que outrora foi o a inscrição na pedra, o papiro, o papel e recentemente os aparelhos eletrônicos. Para ele, o que aconteceu com a Internet - que por muito tempo foi um espaço privilegiado do texto em preto e branco, mas que acabou evoluindo para um leque de novas formas de expressão e de novos modos de ensinar, aprender, negociar, vender e entreter-se – seria similar ao que ocorreu com todas as tecnologias dos meios (PISCITELLI, 2005, p. 21).

4. Aprender em rede

O espaço eletrônico, ao introduzir uma nova instância para a operacionalização da experiência, radicalizando a questão do desenraizamento produzido pela modernidade, deslocaliza os saberes, “modificando tanto o estatuto cognitivo quanto o institucional das condições do saber e as figuras da razão” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 54-55). Essa situação leva à suavização ou mesmo à eliminação das fronteiras entre razão e imaginação, saber e informação, natureza e artifício, arte e ciência, saber experiente e experiência profana, segundo Martín-Barbero.

A atualidade criou para os indivíduos um ambiente de informação que recobre e mistura vários saberes e formas muito diversas de aprender. Até mesmo a aquisição do conhecimento se dá hoje em redes e locais informais, fortemente descentrado em relação ao sistema educativo que ainda orienta os processos formativos, organizado em torno da escola e do livro. Como relata Martín-Barbero (2006, p. 56), dos mosteiros medievais até as escolas da atualidade, o saber manteve-se inalterado, centralizado e personificado em figuras sociais determinadas. Mudar esse modelo de circulação do conhecimento, consagrado até então, é uma das mais profundas transformações pelas quais uma sociedade pode sofrer. O desafio que a comunicação coloca ao sistema educativo centra-se justamente no enfrentamento da diversificação e a difusão do saber fora da escola. E aqui, pensar em embate não é a saída mais acertada, o que parece valer mais a pena é encarar essa nova fase como um momento de rearticulação do processo formativo.

Diante dessa configuração da educação contemporânea, a escola tem se fechado aos novos conhecimentos dispersos. Numa posição resistente às mudanças, as instituições de ensino têm se colocado numa “posição defensiva, e a construção de uma ideia negativa e moralista de tudo que a questiona em profundidade, desde o ecossistema comunicativo das mídias e das tecnologias de comunicação e informação” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 57).

Para que se possa projetar a escola do futuro, que formará os cidadãos que gerirão um mundo cada vez mais mediado pelas tecnologias virtuais digitais deve haver um movimento de abertura dos educadores.

Passa pela reflexão da atualização do formato tradicional da educação a discussão da forma como a comunicação que se processa via rede e do modo ela pode ser usada para explorar efetivamente os potenciais que o espaço eletrônico proporciona. É preciso pensar num uso adequado das tecnologias, com vistas a um novo desenho educativo, que concilie os saberes dispersos e os traga para a sala de aula para a promoção, *online* ou *offline*,

de um ensino que se beneficie das oportunidades inovadoras que o mundo digital coloca à disposição dos docentes e discentes. Diante disso, Piscitelli sugere aos especialistas que há tempos se ocupam em pensar a interação entre o homem e a máquina, com foco no ser humano, devem debruçar-se também nessa interação que se realiza com fins educativos.

A discussão do processo educativo atravessado pelas tecnologias passa também pela análise de como se conduz esse projeto, considerando o sistema de desigualdade e exclusão presentes no cenário onde essa revolução está sendo gerada. Pensando no caso do Brasil, onde a industrialização tardia, implementada de modo a copiar as estratégias de fomento ao desenvolvimento de outros países, reforçou a constituição de uma sociedade com tendência ao elitismo e à exclusão social, como menciona Furtado (2002, p. 27), é preciso elaborar um plano que dê condições efetivas dessa inovação para que possa realizar-se de forma igualitária, criando as bases para a formação de uma cidadania que também se verifique no universo *online*.

5. A busca por uma nova forma de aprendizagem

Ao adentrar nos meandros da construção de um processo educativo com vistas à formação cidadã, é preciso analisar a questão das formas de poder que se estabelece na relação estudante-professor. A escola, tal como se estabelece na atualidade, ainda carrega as amarras trazidas pela condição de ser uma instituição disciplinar, que, não estaria se exagerando em falar, encontra-se em crise.

As instituições disciplinares, como refere-se Foucault, constituem uma microfísica do poder, condicionando o corpo a agir conforme ele é disciplinado para. A escola contemporânea, confrontada com os saberes dispersos e descentrados e as novas formas de adquirir conhecimento, não tem mais o mesmo sucesso na disciplina de suas crianças e jovens. Ao mesmo tempo, o papel da disciplina nas famílias contemporâneas está cada vez mais nas mãos dessas instituições. A pressão do trabalho, a necessidade de se estar sempre conectado ao ofício exercido, numa época em que todos os componentes adultos do grupo familiar dedicam-se as suas carreiras, faz com que as crianças passem mais tempo em escolas e creches, onde se espera que outras pessoas, também assalariadas, cumpram o papel de discipliná-los.

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. (FOUCAULT, 1991)

A fala de Foucault parece ter se tornado realidade na sociedade atual, em que as pessoas demonstram ter assimilado essa racionalidade econômica e técnica em seu cotidiano. A própria condição e importância que se dá ao consumo, até mesmo como forma de realização pessoal, comprova essa situação. “O corpo, tornando-se alvo de novos mecanismos de poder, oferece-se a novas formas de saber” (1991, p. 140), resume o autor.

A estrutura tradicional escolar, que concebe os indivíduos como elementos individuais colocados uns ao lado dos outros sob os olhares por vezes inquisidor de um mestre, deve agora ser avaliada. A ocupação das salas de aula, cheia de significados

implícitos, que fixavam e permitiam a circulação, dividiam segmentos individuais e articulavam ligações operatórias, marcavam lugares e indicavam valores, garantiam obediência e economia e de tempo e gestos estão superadas em benefício da convicção da construção de um saber desenvolvido de forma interacionista entre os envolvidos, que prioriza também a aquisição de competências de crítica frente a realidade. Em muito há que se avançar na educação para que esse quadro se efetive.

As características da aprendizagem corporativa diagnosticadas por Foucault (1991, p. 142) estão, ou ao menos deveriam estar, obsoletas: dependência total do estudante ao mestre, duração estatutárias da formação que se conclui com uma prova qualificatória, com o saber quantificado sob a forma de um número, condição de troca entre o mestre e o aprendiz que deve pôr seu serviço, sua ajuda, muitas vezes como modo de retribuição. É preciso se livrar dessa crença na domesticidade como forma de transferência de conhecimento.

O tema da perfeição, em direção à qual o mestre exemplar conduz, torna-se entre eles o de um aperfeiçoamento autoritário dos alunos pelo professor; os exercícios cada vez mais rigorosos propostos pela vida ascética tornam-se tarefas de complexidade crescente que marcam a aquisição progressiva do saber e do bom comportamento. (FOUCAULT, 1991)

6. Conclusão

A formação do cidadão de consciência democrática, com condições de operar em situações *online* e *offline*, deve ser fruto de uma gestão compartilhada do Estado, como organismo que proporciona as condições para a subsistência dos indivíduos, cuja responsabilidade passa pela criação das bases para o desenvolvimento humano e social de seus membros; da escola, que hoje tem uma função das mais importantes no processo formativo, talvez como nunca tenha ocupado na história, mas que enfrenta a urgência de reinventar-se para dar conta do mundo contemporâneo; e dos sujeitos sociais, espírito motor da existência de qualquer forma de comunidade. Trata-se de um desafio que tem de ser encarado de forma imediata e conjunta por essas três instâncias, dada a urgência que o contexto contemporâneo impõem e à demanda de revisão da figura do cidadão, diante da necessidade de torná-lo comprometido com sua comunidade, ao mesmo tempo, conectado com o resto do globo.

7. Referências

- CAMPBELL, Colin. *El deseo de lo nuevo. Su naturaleza y localización social tal como se presentan en las teorías de la moda y del consumismo moderno*. In: Los efectos de la nueva comunicación. Barcelona: Bosch, 1996.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas, poderes oblíquos*. In: Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.
- COCKBURN, Cynthia. *El circuito de la tecnología. Género, identidad y poder*. In: Los efectos de la nueva comunicación. Barcelona: Bosch, 1996.

- CORTINA, Adela. *Para uma teoria da cidadania*. In: Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
- CURRAN, James; SEATON, Jean. *Vídeo, cabo, satélite*. In: Imprensa, rádio e televisão: poder sem responsabilidades. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Disciplina*. In: Vigiar e Punir – Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FURTADO, Celso. *Da economia para a filosofia*. In: Economia. São Paulo: Ática, 1983.
- FURTADO, Celso. *Que futuro nos aguarda?* In: Em busca de um novo modelo - Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HALL, Stuart. *A questão multicultural*. In: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2003.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. In: Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- MARX, Karl. *O método na economia política*. In: Contribuição à crítica da economia política. Lisboa: Estampa, 1977.
- MATTELART, Armand. *As condições da renovação*. In: Introdução aos estudos culturais. São Paulo: Parábola, 2004.
- PISCITELLI, Alejandro. *Internet, la imprenta del siglo XXI*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Desigualdad, exclusión y globalización: hacia la construcción multicultural de la igualdad y la diferencia*. In: El milênio huérfano – Ensayos para una nueva cultura política. Madrid: Ed. Trotta, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar la democracia*. In: El milênio huérfano – Ensayos para una nueva cultura política. Madrid: Ed. Trotta, 2005.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SOROS, George. *O sistema capitalista global*. In: A crise do capitalismo global: os perigos da sociedade globalizada – Uma visão crítica do mercado financeiro internacional. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- TURKLE, Sherry. *A vida no ecrã. A identidade na Era da Internet*. Lisboa: Relógio d'água Editores, 1997.